

MULHERES HERDEIRAS EM JUAZEIRO – BAHIA: 1850-1891
HEIRESSES WOMEN IN JUAZEIRO – BAHIA: 1850/1891

Mônica Sepúlveda Fonseca¹

Resumo: O município de Juazeiro está localizado à margem direita do Rio São Francisco e a 500 km de Salvador-Ba. Desde 1850, apresenta intensa vocação comercial, uma vez que, era parada obrigatória das boiadas e tropas de carga que cruzavam o Rio São Francisco. Dentro desse contexto de desenvolvimento econômico e social, observa-se um número considerável de inventários, testamentos, arrolamentos e partilhas amigáveis favorecendo mulheres, o que constitui objeto de pesquisa. A presente comunicação objetiva discutir, através dos documentos e em torno das relações de gênero, o perfil dessas mulheres herdeiras, o papel econômico, social e político que exerceram no município a partir do recebimento do espólio, seu nível de instrução e a influência do patriarcado e da Igreja em suas vidas.

Palavras-chaves: Juazeiro, Mulheres, Relações de Gênero.

Abstract: The municipality of Juazeiro is located on the right bank of San Francisco River and 500 km from Salvador-Bahia. Since 1850, presents intense commercial vocation, since it was the obligatory stop droves and cargo troops that crossed the San Francisco River. Within this context of economic and social development, there is a considerable number of inventories, wills, inventory sharings and friendly favoring women, which is the object of research. This Communication aims to discuss, through papers and around the relations of gender, the profile of female heirs, the economic, social and political role that the municipality had received from the estate, their level of education and the influence of patriarchy and church in their lives.

Key Words: Juazeiro, Women, Gender relations.

Este trabalho pretende abordar o papel desempenhado pelas mulheres na cidade de Juazeiro, província da Bahia de 1850 a 1891, tomando como referência 188 documentos entre Inventários, Partilhas Amigáveis e Arrolamentos, sob a guarda do Arquivo Público do Estado da Bahia. O objetivo, portanto, é entender as relações de gênero e a estrutura patriarcal dentro da formação histórica, econômica e social do município de Juazeiro no século XIX e como se deu o exercício de poder nessa sociedade.

Juazeiro está situado à margem direita do Rio São Francisco, a 500 km de Salvador, limita-se ao norte com o estado de Pernambuco, a nordeste com o município de Curaçá, a sudeste com Jaguarari, ao sul com Campo Formoso, a sudoeste com Sento Sé e a noroeste com Casa Nova. O município de Juazeiro está localizado na bacia hidrográfica do São

¹ Mestranda em História Social-UFBA, Museóloga e Licenciada em História pela UFBA, Professora Titular de História no Ensino Básico da Rede Estadual de Ensino em Salvador-Bahia. monicamonica@ig.com.br

Francisco e possui, ainda, um rio perene², o Rio Salitre, um curso d'água de pequeno porte, além de outros rios temporários e afluentes do Rio São Francisco. O nome do município se deve a árvore muito comum na região, o Juá, ou Juazeiro, que significa fruto espinhoso, cuja árvore resiste aos rigores da seca e suas folhas servem de alimento para o gado (GARCEZ, SENA, 1992, p. 19).

Antes de ser elevada a categoria de município, Juazeiro era um povoado, e elevado a categoria de vila em 1833, instalada a Câmara Municipal quando passou a ser chamada Vila de N. Sr^a das Grotas do Juazeiro. Foi elevada a categoria de município através da Lei nº 1814 de 15 de julho de 1878, assinada pelo Presidente da Província da Bahia, Barão Homem de Melo.

Era parada obrigatória das boiadas e das tropas de carga que atravessavam a Capitania da Bahia em direção a outras terras e que cruzavam o Rio São Francisco – uma rota natural de integração, que já era utilizado pelos índios antes mesmo da colonização portuguesa atingir a região, por ser o aglomerado populacional mais importante da região.

A ocupação do interior da Bahia ocorreu principalmente a partir da instalação das fazendas de gado, do cultivo de algodão e alimentos, e, também resultou da procura de metais preciosos, levando bandeirantes e sertanistas a enfrentarem os perigos, penetrarem nos sertões desconhecidos, e atenderem aos anseios da Coroa Portuguesa de encontrar e explorar minas de ouro e prata. As primeiras atividades econômicas foram de troca de mercadorias entre os habitantes do povoado e boiadeiros que passavam para descansar das longas jornadas.

Angelina Garcez e Consuelo Pondé de Sena afirmam que, cidade de Juazeiro está situada num ponto de comunicação entre duas estradas com o Rio São Francisco à sua margem direita, então denominada Passagem de Juazeiro. Era porta de entrada para os sertões do Piauí, Maranhão, Alagoas, Sergipe, Goiás e Minas Gerais, além de estabelecer ligação com outras regiões da Bahia, inclusive o Recôncavo açucareiro. A cidade era ponto estratégico de rotas de boiadas, e, por seus caminhos, havia intensa circulação de gado e de mercadorias para abastecer os núcleos de população que foram surgindo (Idem, ibidem. p. 18).

Desde a primeira metade do século XIX a vila cresceu muito lentamente. A vocação comercial do local, contudo, sempre foi muito forte. Garcez e Sena citam os viajantes

² **Rio perene** - Rio que corre o ano inteiro. Tem água em época de chuva e no período de seca, pois possui água subterrânea. Fonte: <http://www.cprh.pe.gov.br/sec-glossario/ctudo-glossa.asp>. Acesso em 30.05.2008.

estrangeiros Spix e Martius³, que registraram a existência de “um pequeno arraial com 50 casas e 200 habitantes” na segunda década do século XIX, onde:

“as esperanças dos sertanejos são destruídas pela seca prolongada ou pela inundação inesperada. A pobreza é incrível, na maior parte da população. Alguns fazendeiros, aqui estabelecidos, provêem por meio de cisternas as suas necessidades e as das tropas que passam; mas, apesar disso, não é nada raro morrer de sede ou de fome a metade das boiadas e manadas de cavalos, que vêm do Piauí, antes de chegarem ao rio São Francisco.” (Idem, ibidem. p. 206).

Teodoro Sampaio, que visitando a região em 1879, integrou uma comissão de engenheiros constituída pelo Governo da Província, para estudar a navegação dos grandes rios que desembocavam no litoral e a melhoria dos portos fluviais. Comentou que a cidade de Juazeiro “era uma população alegre e ativa de mais ou menos 3.000 habitantes que davam a impressão de favorável progresso, de riqueza, de atividade”, o que lhe fez mudar o conceito que tinha do sertão:

“As suas construções, em que se procura observar certo gosto arquitetônico, a sua nova e boa Igreja Matriz, o teatro, uma grande praça arborizada, ruas extensas, comércio animado, porto profundo e amplo” (...) tudo isso, oferecia ao observador que vinha de percorrer “uma região áspera, atrasada e pouco favorecida pela natureza, o aspecto de uma Corte do Sertão” (Idem, ibidem. p. 207).

No final do século XIX, Juazeiro era uma cidade encantadora, plantada à margem do rio, com ponto de linha férrea que ligava o São Francisco à capital do estado. Com intensa atividade mercantil, graças à linha férrea e fluvial, ganhou o título de Entreposto Comercial da Região.

Para Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, o interior da Bahia, especificamente Juazeiro era dominada pela grande propriedade, onde os donos sequer sabiam precisar seu real tamanho, mas isto não significava, contudo desinteresse. Essa terra tinha dono, respeitado na figura do “coronel”, que costumava demarcar um conjunto de relações, que o tornavam proprietários do público, mas também do privado. Por privado entendem-se aí as pessoas, o cotidiano dessas pessoas, a vida econômica, social, tudo muito bem controlado. Os coronéis eram senhores, poderosos sozinhos ou em alianças, e influenciavam e decidiam a vida dos cidadãos da Bahia e de sua família, sempre através de regras rígidas, que invadiam seu mundo

³ A convite da Arquiduquesa Leopoldina da Áustria, primeira Imperatriz do Brasil, os dois naturalistas alemães da Academia de Ciências da Baviera, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, exploraram entre 1817 e 1820, o enorme país do Brasil, até então interdito aos não-portugueses.

particular e contava sempre com o apoio decisivo de muitos outros atores, como o juiz, o delegado e o padre (FREITAS, 1ª parte, 1999, p. 61).

Freitas chama a atenção para o fato de que entre o final do século XIX e meados do século XX, o Oeste da Bahia assim como toda a região banhada pelo Rio São Francisco e seus afluentes constituíam um espaço único. Para ele não se podia falar do ponto de vista regional em Oeste, em Além São Francisco, ou qualquer outro conceito. Nesta época, a unidade existente se dava através da exploração da navegação a vapor nos cursos dos rios (FREITAS, 2ª parte, 1999, p.100).

Freitas afirma ainda que “se hoje é difícil compreender o oeste baiano como um prolongamento da Bahia, pelas transformações econômicas, sociais e culturais, por que passou mais difícil era no século XIX”. A “Bahia”⁴ para os moradores de diferentes regiões do interior era quase uma abstração, um local para onde se ia. Tratava-se segundo o autor, de uma regionalidade a ser consolidada, através de relações políticas, onde despontavam valores como subordinação e autoritarismo (FREITAS, 1ª parte, 1999, p. 64).

Para compreender as famílias da “Bahia” ou do sertão nordestino, é necessário segundo Kátia Mattoso “compreender o fato familiar” e o papel que esta família representou e ainda representa, é levantar o véu de uma explicação no que a autora chama de “realidade brasileira”. Tratando-se das sociedades nordestinas, as realidades familiares, os laços que se estabeleceram, torna

A sociedade estruturada nessa região no século XIX era patriarcal, baseava-se na autoridade do pai ou marido e cabia à mulher o papel de cuidar dos filhos, do marido, vigiar o serviço dos criados, tendo a casa como um espaço privilegiado, onde poderia até exercer com certa autonomia, funções ligadas à sua condição, sendo inegável a dependência desta para com o marido.

Nesse modelo, a característica mais forte é a família numerosa sob a tutela do senhor, respaldada no modelo econômico baseado na grande propriedade e no trabalho escravo. Essa sociedade predominantemente patriarcal tinha o homem como desbravador, conquistador, agente das atividades econômicas, controlador de cargos administrativos e jurídicos.

O estereótipo do sistema patriarcal caracteriza a “personalidade” feminina como emotiva, conservadora, passiva e consumista. Tais estereótipos permitem à mulher desenvolver satisfatoriamente seu papel nas esferas domésticas, onde as relações sociais se ampliam de forma afetiva/emocional e não a prepara para a atividade política, essência da

⁴ Segundo o autor, era comum moradores de cidades do interior do estado se referirem à capital, como sendo Bahia e não Salvador.

esfera pública, onde as relações se dão à imagem e semelhança do mundo masculino, muito menos conferem a mulher o direito de ser vista como agente produtor da história (SOIHET, 1997).

Maria Odila Leite da Silva Dias analisa a sociedade patriarcal do século XIX, embora seu objeto de estudo sejam as famílias da região sudeste, e afirma que, encontrar mulheres como chefe de família ocorria embora tal século fosse marcado pelas relações patriarcais. Considerando aspectos regionais, a economia local, a estrutura social e familiar, pretende-se estabelecer um diálogo entre história, patriarcado, relações de gênero e o papel das mulheres que sozinhas ou não, administraram os bens herdados de seus familiares ou maridos.

Observando a sociedade desta época e constatando o grande número de inventários favorecendo mulheres, que em razão da viuvez ou por receberem alguma herança, passaram a administradoras das posses dos seus maridos ou pais, nos desperta o interesse em conhecer o perfil dessas mulheres, o nível de instrução, a administração dos bens, e como viveram em uma sociedade do interior da Bahia, na segunda metade do século XIX. Relegadas a invisibilidade e objeto de crítica, ainda não foi reconhecida à mulher a grande dimensão de sua efetiva contribuição para a História. (DIAS, 1995).

Scott afirma que o campo da história das mulheres evoluiu, ganhando energia própria ao ampliar o seu campo de questionamento, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, passando do campo político para a história especializada e daí para a análise. A inserção da mulher como sujeito da história e objeto de estudo ampliou as perspectivas e questionamentos (CARDOSO e VAINFAS, 1997).

Fabíola Luz e Vera Silvia Raad Bussab, no entanto, afirmam que, muito antes de toda a complexa estrutura social que se organiza em torno da idéia de cidade ter-se estabelecido, havia outro núcleo social, a família, cuja formação deu diretrizes básicas para o surgimento da cidade. O patriarcado estava intimamente relacionado às outras instituições como a Igreja Católica e o Estado, garantindo a submissão da mulher à figura do pai, marido, tutor e, até mesmo, dos filhos varões (LUZ e BUSSAB, 2004, p. 210-226).

No inventário de Maria da Purificação, datado de 16 de julho de 1870, fica evidente a força que o patriarcado exercia e nele encontramos como inventariante seu filho mais velho, José Amaro da Silva. Tal fato era comum, uma vez que a mulher deveria ser representada por um homem, seja ele seu pai, marido ou filho.

Mais tarde Maria da Purificação veio a falecer e consta na seção judiciária também seu testamento. Maria deixou filhas herdeiras, que, sendo casadas, seus maridos assumiram a

condução do processo. No documento é possível ler a expressão “*marido de fulana de tal*”, “*cabeça de sua mulher*”. Tal expressão é recorrente em vários inventários observados.⁵

No inventário de Cândida Maria dos Anjos há referência ao fato da mesma não ser alfabetizada. O juiz nomeou então um homem para assumir a função de inventariante o que nos leva a questionar se essas mulheres realmente sabiam o que de fato estava sendo feito com suas posses, o que de fato estava escrito ali.⁶ Aranha afirma que no Império:

“a maioria das mulheres vivia em situação de dependência e inferioridade, com pequena possibilidade de instrução. Nas famílias abastadas, às vezes, recebiam noções de leitura, mas se dedicavam, sobretudo, às prendas domésticas, à aprendizagem de boas maneiras e à formação moral e religiosa. O objetivo era a preparação para o casamento”. (ARANHA, 2006, p. 229-230).

O uso do conceito de gênero também foi utilizado para designar relações sociais entre os sexos, rejeitando as justificativas biológicas utilizadas para explicar a subordinação entre homens e mulheres, tomando por base a força muscular do homem. Entretanto, ao utilizar o termo gênero no sentido que Scott define como “apenas em seu caráter descritivo”, as novas pesquisas históricas se deparam com a limitação de que o conceito de gênero não tem ainda a força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes. A definição de gênero utilizada por Scott abarca o elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como forma primeira de significar as relações de poder, relacionando-se quatro elementos: primeiro símbolos culturalmente disponíveis; segundo conceitos normativos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas; terceiro são as instituições e organizações sociais e, o quarto aspecto é a identidade subjetiva (SCOTT, 1990).

Para Saffioti “a organização social de gênero constrói duas visões de mundo, donde se pode concluir que a perspectiva da mulher e, portanto, seus interesses, divergem do ponto de vista do homem, e, por conseguinte dos interesses deste”. Entendemos que homens e mulheres podem vivenciar o mesmo fato de maneiras diferentes e é nesta perspectiva que trabalharemos a experiência das mulheres, utilizando os conceitos de gênero e patriarcado aqui referidos (SAFFIOTI, S. 1, p 84).

Tais questões levam-nos a crer que as exceções existiam, haja vista que as mulheres foram beneficiadas com heranças deixadas por seus maridos, pais e parentes, embora nem sempre ficassem na administração dos bens, seja por que não eram alfabetizadas, seja por que

⁵ APEB: Inventário 7/3044/0/4. Essa expressão parece-nos fazer referência ao fato da mulher não poder assumir sozinha a gestão de seus bens, precisando portanto de um homem que fosse responsável por ela.

⁶ APEB: Inventário 7/3183/11; Arrolamento 6/2648/1; Testamento 7/3206/1

era de praxe deixar essa “tarefa” a cargo do filho mais velho ou de um “tutor” nomeado pela autoridade. Essa ascendência do homem sobre a mulher ainda que seja o filho pode ser explicada quando Narvaz e Koller citam que o patriarcado rural se desintegrou, mas a mentalidade permaneceu na vida e na política brasileira através do coronelismo, do clientelismo e do protecionismo (NARVAZ e KOLLER, 2006).

A história figura como registro das mudanças da organização social dos sexos e como participante da produção do saber sobre a diferença sexual. Scott diz que as representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente e para ela a história pode documentar fielmente a realidade vivida, já que os arquivos são repositórios de fatos e categorias como homem e mulher são transparentes (Idem, ibidem, p.12-13).

Assim, é com base nos documentos constantes na Seção Judiciária do Arquivo Público do Estado da Bahia, podendo-se ampliar a pesquisa para o Arquivo Municipal de Juazeiro, que se pretende contribuir para o estudo das mulheres do sertão nordestino.

FONTES DOCUMENTAIS

1.ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Seção Judiciária: Inventários e Testamentos – Juazeiro

2. REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 3ª Ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 2006. p.229-230.

CHILCOTE, Ronald H. *Transição Capitalista na Classe Dominante no Nordeste*. São Paulo: EDUSP, 1990. 368 p.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As Donas do Poder. Mulher e política na Bahia*: Salvador: NEIM/UFBA- Associação Legislativa da Bahia.

_____. *Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres*. Artigo disponível no site: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf. Acesso em 30.05.2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. *Oeste da Bahia: Formação Histórico-Cultural. 1ª parte*. Cadernos do CEAS. Maio/junho 1999.p. 59-77.

_____. *Oeste da Bahia: Formação Histórico-Cultural. 2ª parte*. Cadernos do CEAS. Julho/Agosto 1999.p. 85-102.

_____. *A Bahia em Pedacos ou Política de Oligarcas e (Neo) Oligarcas*. Cadernos do CEAS. Setembro-Outubro. 1994. P13-24.

FREIRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, INL, 1977.

GARCEZ, Angelina e **SENA**, Consuelo Pondé de. *Juazeiro: Trajetória Histórica*. Prefeitura Municipal de Juazeiro. Juazeiro: Gráfica Gutenberg. 1992. 381 P.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As Secas na Bahia do Século XIX: Sociedade e Política*. Salvador: UFBA, 2000. (dissertação de mestrado).

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LINS, Wilson. O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros. Coleção Brasileira nº 377. São Paulo: Cia Editora Nacional/ Pró-Memória. 3ª Ed. 150 p.

LOPES, Lucas. O Vale do São Francisco: Plano das Obras de Recuperação. Coleção Madá. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas. Serviço de Documentação. 1955. 348 p.

LUZ, Fabíola e **BUSSAB**, Vera Silvia Raad. *A Trama da Vingança em Abril Despedaçado*. Psicologia em Revista, Belo Horizonte. Dez. 2004. vol.10, nº 16, p. 210-226. Disponível no site: http://www.pucmg.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20050602160500.pdf. Acesso em 05.05.2008.

MACHADO, Fernando da Matta. *Navegação no Rio São Francisco*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002. 434 p.

MATOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia, Século XIX: Uma província do Império*: Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1992.

_____. *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. São Paulo: Corrupio: CNPQ, 1988.

NARVAZ, Martha Giudice e **KOLLER**, Silva Helena. *Famílias e Patriarcado: Da Prescrição Normativa à Subversão Criativa*. Psicologia & Sociedade; 18(1): 49-55; UFRS. jan/abril,

PANG, Eul Soo. *Coronelismo e Oligarquias -1889-1943: A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: 1979.

RIBEIRO, Edson. *Juazeiro na esteira do Tempo*. Salvador: Editora Mensageiro da Fé. 1968.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: *Uma Questão de Gênero*. COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI (org). Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, pg. 193.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, O poder e a Família*. São Paulo, Século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SAMPAIO, Teodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 352 p.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Educação e Realidade. Porto alegre, v.16. nº 2. jul-dez, 1990.

_____. Prefácios a “*Gender and Politics of History*”. Cadernos Pagu, nº 3, 1994, Campinas, SP.

_____. O Problema da Invisibilidade. In: Escandón, C. R. (org). *Gênero e História*, México: Instituto Mora/UAM, 1992, amparo Moreno Sarda, *El arquetipo viril protagonista de La história*, Cuadernos Inacabados. Exercícios de lecturas no androcentricas. Barcelona: La Sal. 1987, Rachel Soihet, In. Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas Ronaldo (org). *Domínios História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus. 1997

SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 72.

SOIHET, Rachel. *Revistas de Estudos Feministas*, vol.5 nº 01/1997-Rio de Janeiro: FCS/UFRJ.

SPIX, Von e **MARTIUS**, Von. *Através da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1916.